



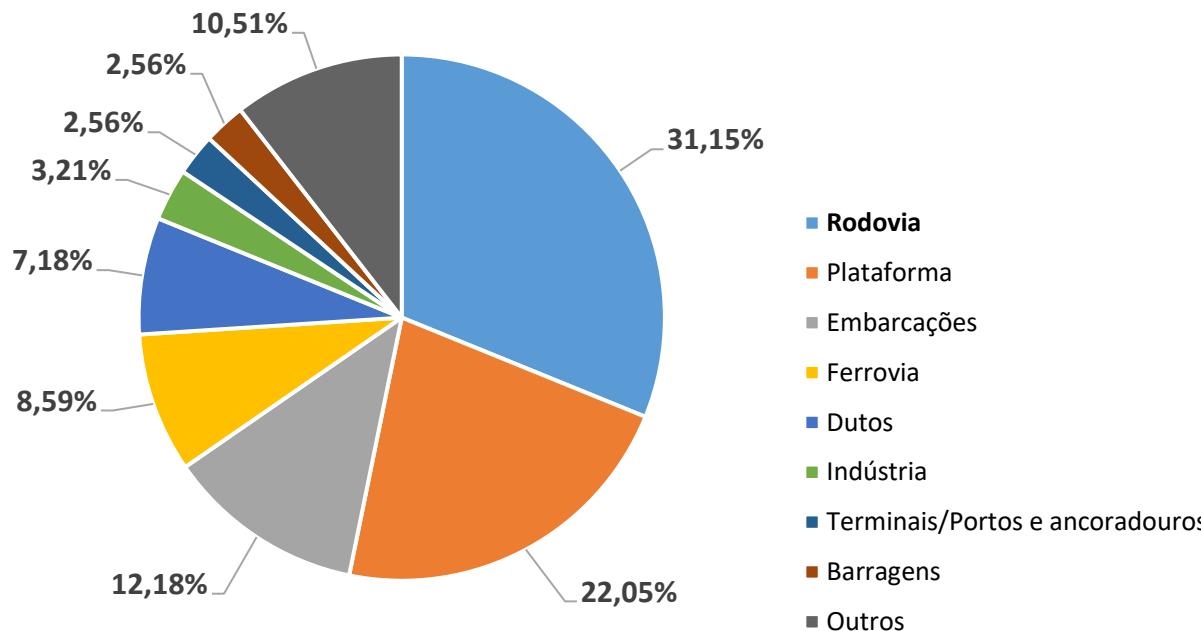
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental
Departamento de Qualidade Ambiental
Coordenação-Geral de Qualidade Ambiental

Panorama e Perspectivas do Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos no Brasil



CONTEXTUALIZAÇÃO

Tipologias registradas no Siema para os acidentes ambientais em 2020



Fonte: IBAMA, Relatório de Acidentes Ambientais 2020.

Instrução Normativa 15, de 06 de outubro de 2014

Art. 6º O poluidor responsável por empreendimentos ou atividades licenciadas ou autorizadas pelo Ibama deverá **comunicar de imediato, via Siema, a ocorrência de acidentes ambientais, independente das medidas tomadas para seu controle.**

Constituição Federal de 1988

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
(...)
VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

Histórico

Rompimento da barragem de resíduos contendo substâncias perigosas em Cataguases/MG (03/2003);

- 1,4 bilhão de litros de lixívia negra: resíduo da produção de celulose (altos valores de carga orgânica, NaOH, Fe, Mn e Al);
- O vazamento atingiu os rios Pomba e Paraíba do Sul, afetando diversos municípios e desaguando no mar;
- Danos afetaram a vegetação, animais, peixes, poços de água e o sustento de inúmeros pescadores e agricultores das áreas afetadas;
- Cerca de 600 mil pessoas ficaram sem água por 2 semanas;
- Ausência de resposta imediata ao acidente.



Fonte: FEAM-MG



Fonte: UENF



Criação do Plano Nacional do P2R2

Declaração de compromisso firmada entre o MMA, OEMAs e ANAMMA para elaboração e implementação do P2R2 (08/2003);



O Plano Nacional do P2R2 foi então implementado por meio do Decreto nº 5.098 de 2004;

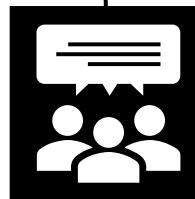
- Prevenir a ocorrência de acidentes com produtos químicos perigosos (**enfoque preventivo**);
- Aprimorar o sistema de preparação e resposta a emergências químicas no País (**enfoque corretivo**);
- Coordenação pelo Ministério do Meio Ambiente;
- Ações formuladas e executadas de forma participativa e integrada pelas diferentes esferas de governo.



Princípios Orientadores do P2R2



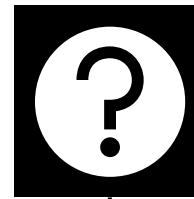
Princípio da informação



Princípio da participação



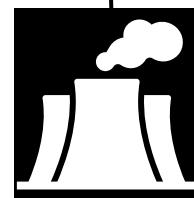
Princípio da prevenção



Princípio da precaução

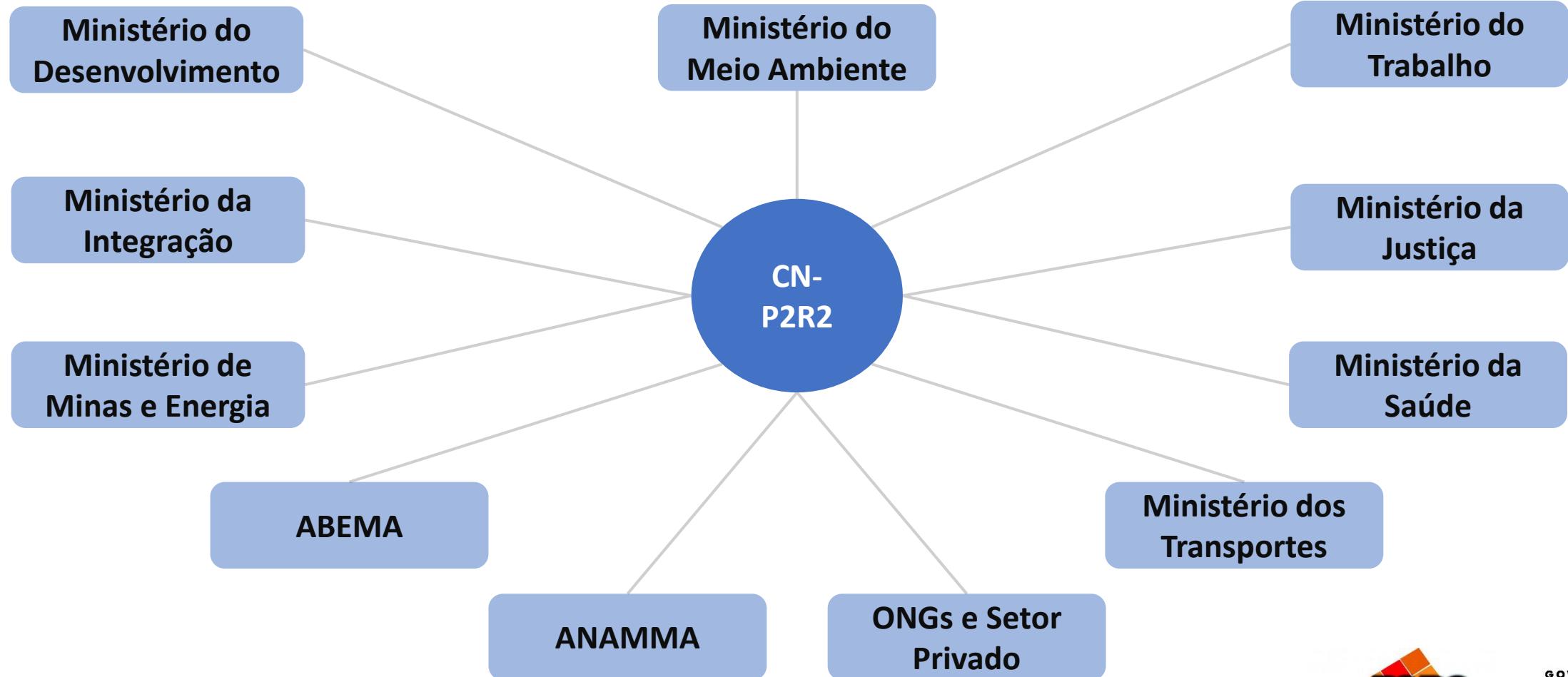


Princípio da reparação



Princípio do poluidor-pagador

Composição da Comissão Nacional de P2R2



Estrutura da Comissão Nacional de P2R2

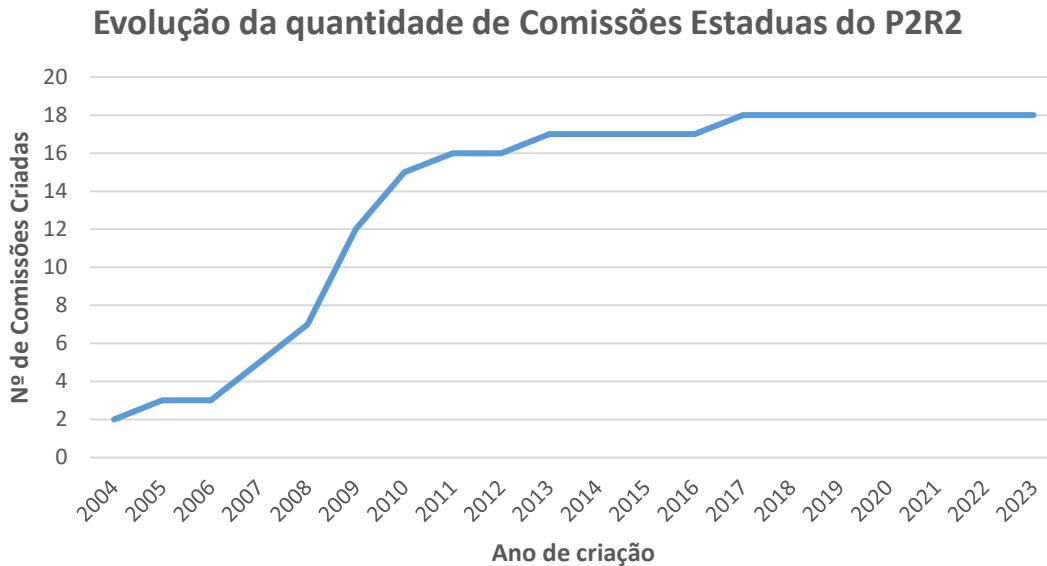


Principais atribuições da Comissão Nacional de P2R2

- Articular e propor parcerias com órgãos públicos e privados com vistas à implementação do Plano P2R2
- Promover e apoiar as Comissões Estaduais na capacitação dos integrantes do Plano P2R2
- Criar Comitês Técnicos
- Apoiar as demais Comissões quando da ocorrência de acidentes de grande porte ou quando solicitado
- Promover a divulgação e a disseminação de informações relativas ao Sistema P2R2



Criação das Comissões Estaduais do P2R2



Até o momento, foram estabelecidas **18 Comissões Estaduais** do P2R2, nas seguintes unidades da federação: AC, PA, TO, MS, MT, PR, SC, RS, ES, MG, SP, RJ, CE, PE, PB, AL, BA e no Distrito Federal.

gov.br

Órgãos do Governo Acesso à Informação Legislação Acessibilidade Entrar com o gov.br

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

O que você procura?

MMA investe na criação de comissões estaduais do P2R2

Publicado em 17/12/2007 00h00

Compartilhe: f in s a

gov.br

Órgãos do Governo Acesso à Informação Legislação Acessibilidade Entrar com o gov.br

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

O que você procura?

Comissão Nacional do P2R2 promove encontros na Bahia e no Ceará

Publicado em 25/02/2008 00h00

Compartilhe: f in s a



Apoio do MMA ao Mapeamento de Áreas de Risco

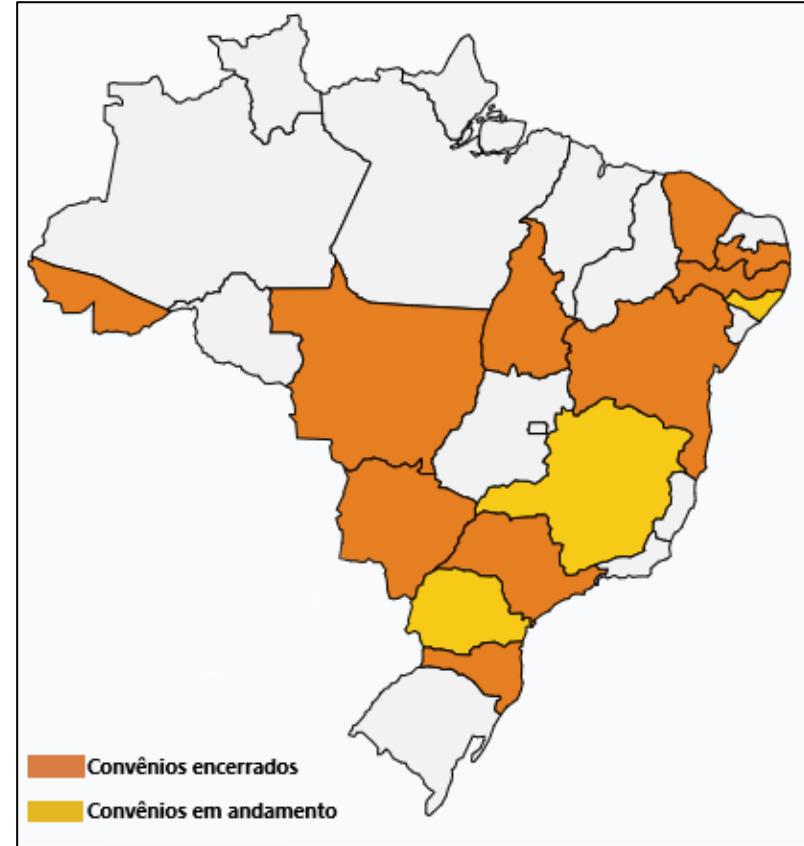
Ano	Estado
2004	Acre
2004	Bahia
2004	Ceará
2004	Mato Grosso
2004	São Paulo
2007	Pernambuco
2008	Tocantins
2009	Paraíba
2009	Mato Grosso do Sul
2011	Alagoas
2012	Santa Catarina
2013	Paraná
2014	Minas Gerais

Recursos:

R\$ 12.887.248,66 (Total)

R\$ 10.723.544,24 (MMA)

R\$ 2.163.704,42 (Contrapartida dos Estados)



Extinção da Comissão Nacional do P2R2

Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019

“Art. 1º Este Decreto extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

§ 1º A aplicação deste Decreto abrange os colegiados instituídos por:

- I - decreto;
- II - ato normativo inferior a decreto; e
- III - ato de outro colegiado.

§ 2º Aplica-se o disposto no § 1º aos colegiados instituídos por ato infralegal, cuja lei em que são mencionados nada conste sobre a competência ou a composição.”

Revogado pelo Decreto nº 11.371, de 1º de janeiro de 2023



Extinção da Comissão Nacional do P2R2

Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro)

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

(...)

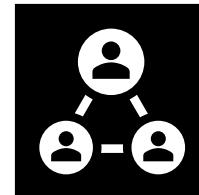
§ 3º Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.



Perspectivas



Fortalecimento do marco normativo e regulatório



Reestabelecimento da instância de governança e articulação



Criação de espaços de participação e engajamento

Diagnóstico Nacional do P2R2



Diagnóstico Nacional do P2R2

Abrangência das Respostas

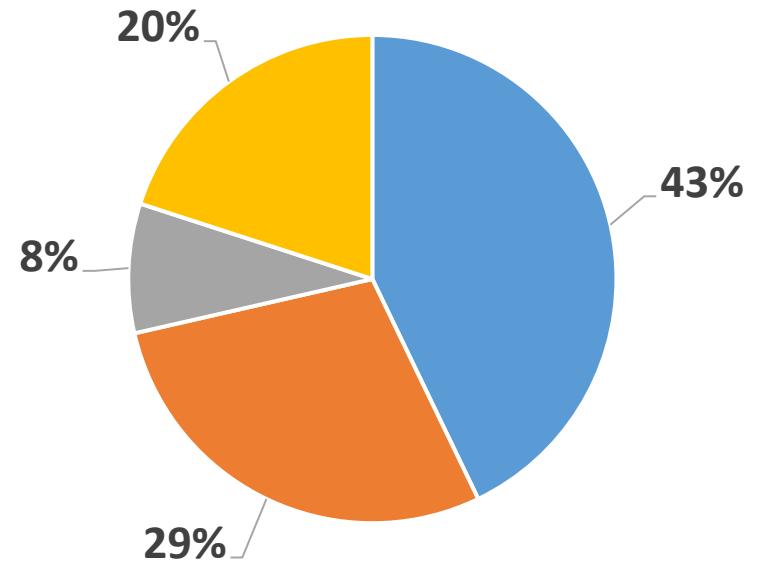
Quantidade de Respostas	35
UFs Participantes	21
UFs Não-Participantes	6

Instituições Participantes

Quantidade

Corpo de Bombeiros Militar	15
Entidade Estadual de Meio Ambiente	10
Defesa Civil	3
Secretaria de Meio Ambiente	7
Total	35

Instituições Participantes



■ Corpo de Bombeiros Militar

■ Defesa Civil

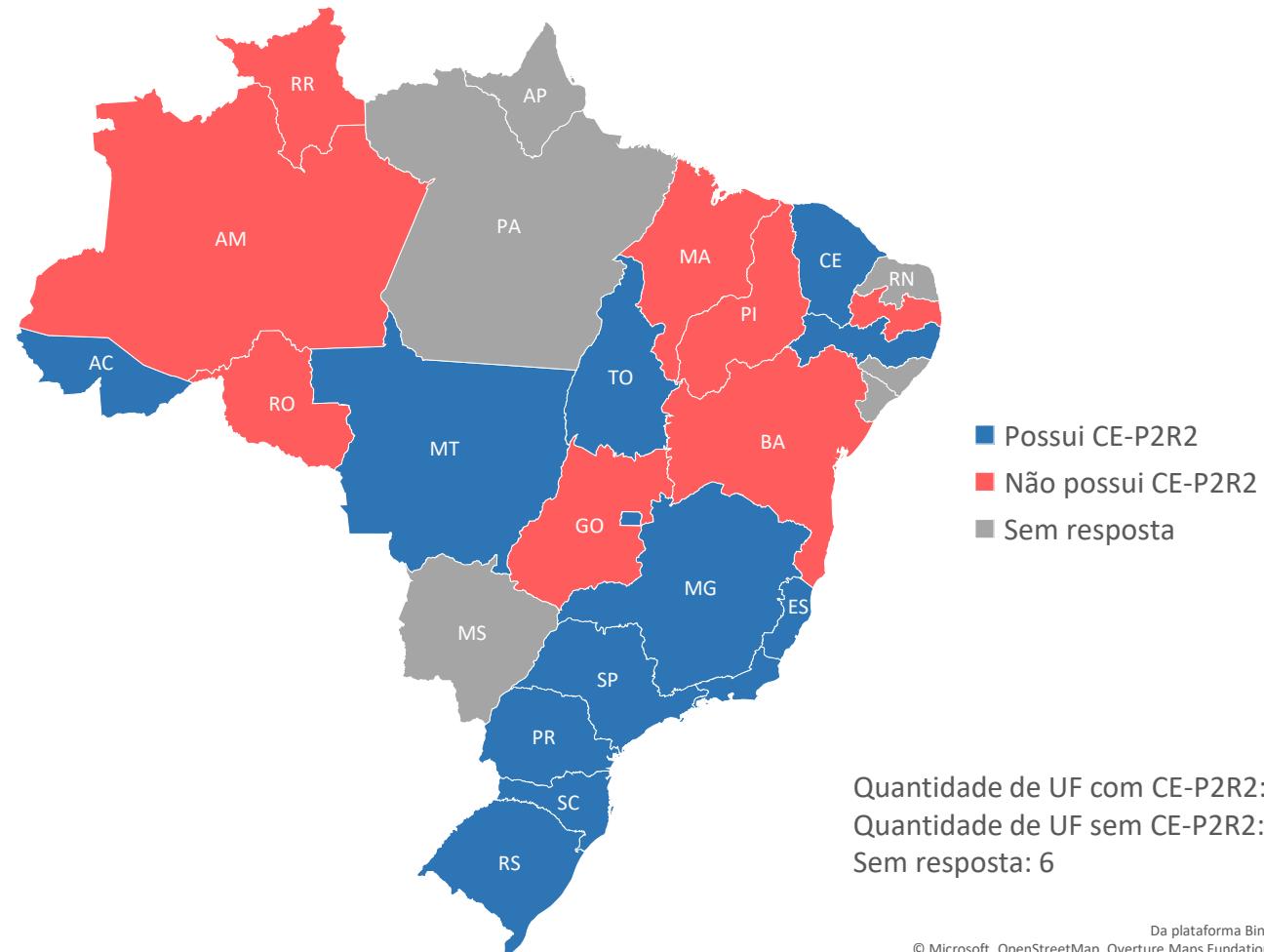
■ Entidade Estadual de Meio Ambiente

■ Secretaria de Meio Ambiente

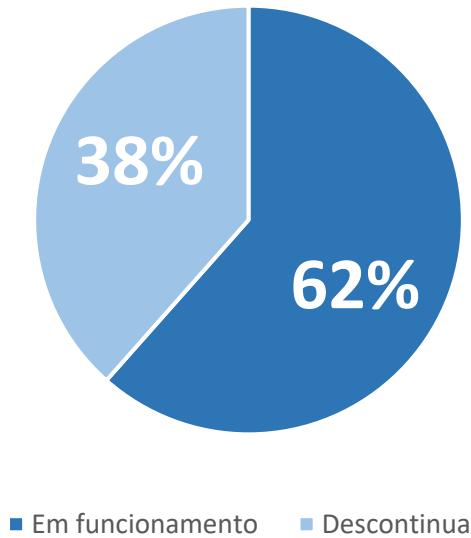


Diagnóstico Nacional do P2R2

Distribuição das Comissões Estaduais no Brasil

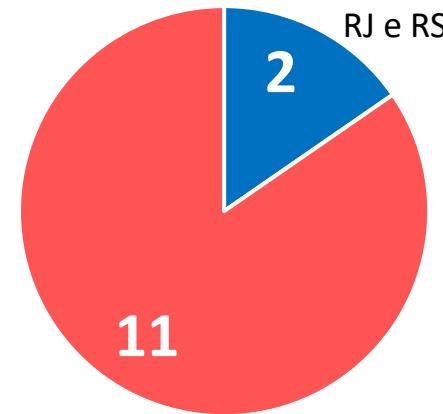


Funcionamento das Comissões Instituídas



Diagnóstico Nacional do P2R2 – Comissões Instituídas

Orçamento das Comissões Estaduais e Distrital

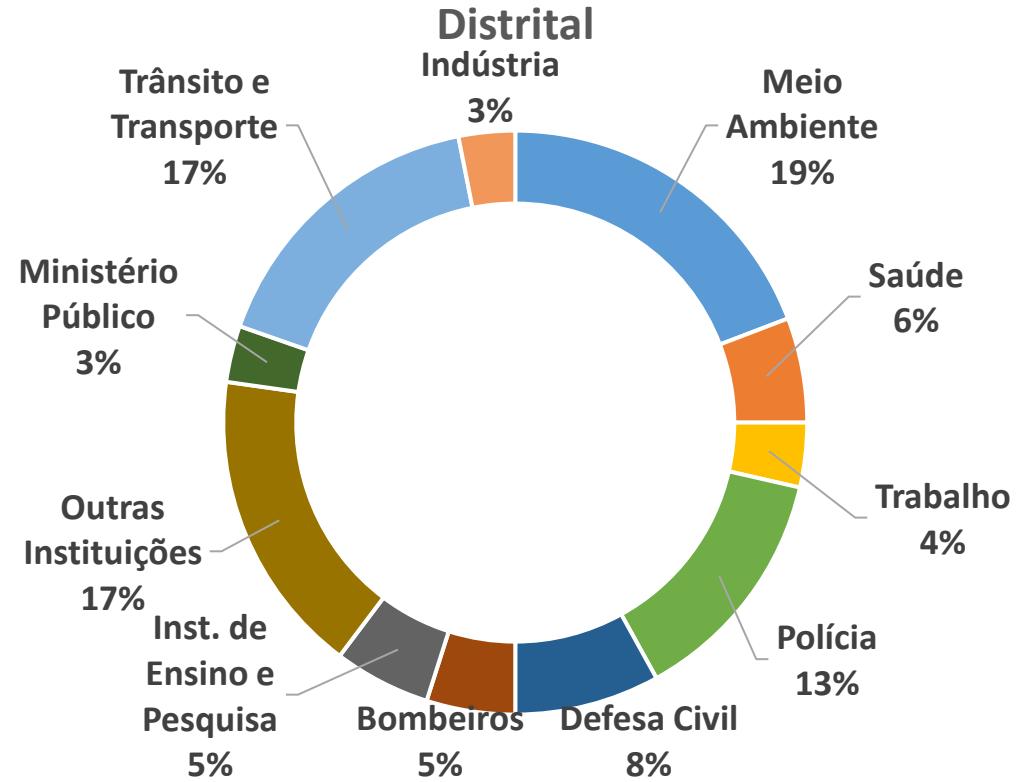


■ Possui Linha Orçamentária Própria ■ Não Possui Linha Orçamentária Própria

Ações já implementadas pelas Comissões Estaduais



Composição das Comissões Estaduais e



Diagnóstico Nacional do P2R2 – Comissões em funcionamento

Unidade Federativa	Dificuldades enfrentadas para manter a comissão em funcionamento
Distrito Federal	<ul style="list-style-type: none">• Alta rotatividade de servidores;• Ausência de CNPJ, inviabilizando fomentos para obtenção de recursos, equipamentos, capacitação, entre outras situações;• Necessidade de apoio das instituições aos servidores para participação.
Mato Grosso	Não houve resposta
Minas gerais	<ul style="list-style-type: none">• Falta de participação efetiva dos representantes das instituições;• Falta de comunicação com outras comissões;• Rotatividade de membros
Paraná	<ul style="list-style-type: none">• Alterações constantes nos representantes das instituições• Metas de planejamento em geral alcançadas apenas a longo prazo
Pernambuco	Não houve resposta
Rio Grande do Sul	<ul style="list-style-type: none">• Dificuldade de atuação dos membros, uma vez que possuem outras funções como atividade principal
Santa Catarina	<ul style="list-style-type: none">• Falta de liderança• Não haver o entendimento da importância da comissão.
São Paulo	<ul style="list-style-type: none">• Reunião de todas as instituições em paralelo às ações cotidianas.



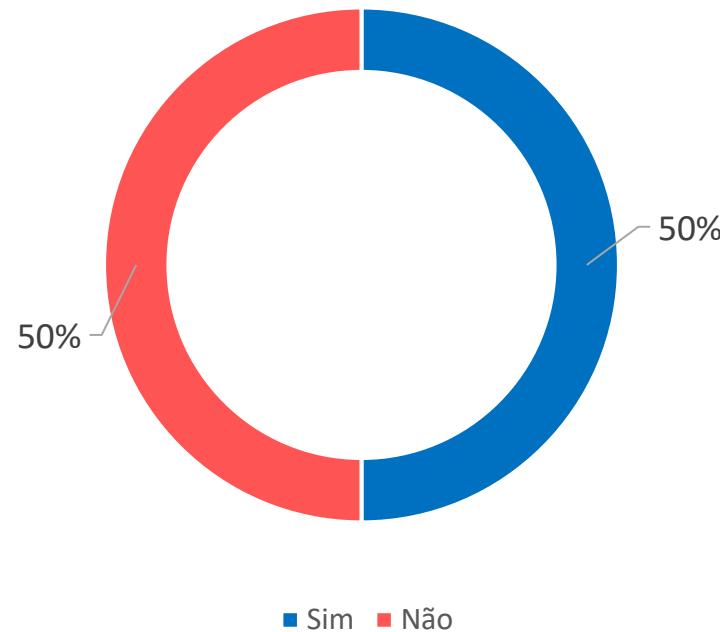
Diagnóstico Nacional do P2R2 – Comissões em funcionamento

Quais foram as ações essenciais para o sucesso da implementação e manutenção da Comissão Estadual?



Diagnóstico Nacional do P2R2 – Estados sem Comissão

Há iniciativas em andamento para criação da comissão no estado?



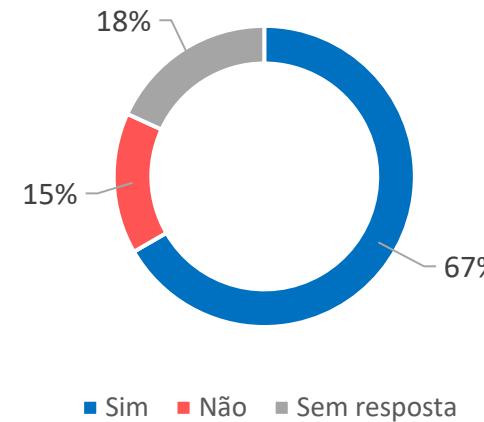
Quais foram as dificuldades enfrentadas que impediram a implementação da Comissão Estadual?

falta de investimentos
alterações na def civil falta de conhecimento
assunto pouco debatido
falta de infraestrutura
difícil articulação
definição de competências
difícil integração
falta de interesse falta de planejamento
falta de informação pessoal qualificado

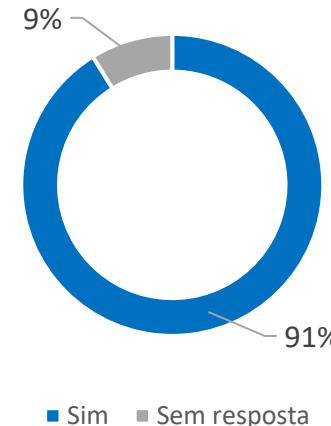


Diagnóstico Nacional do P2R2 - Geral

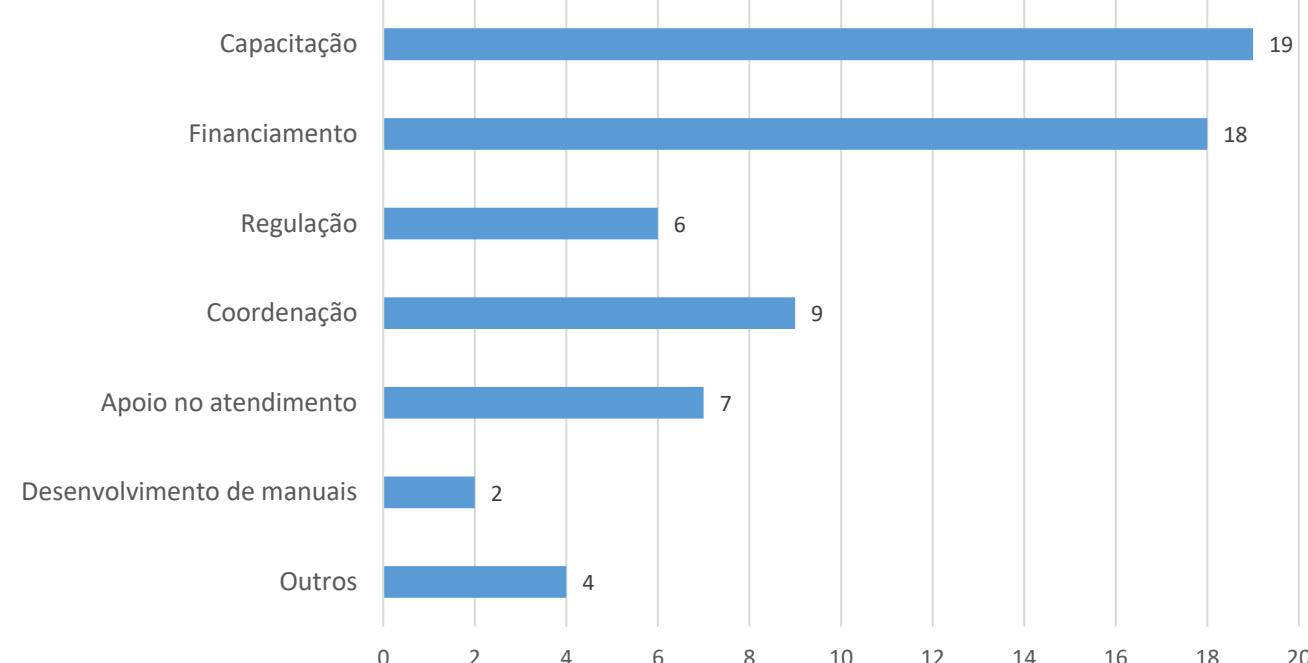
Há necessidade de atualização do
Decreto do P2R2?



Há necessidade de reestabelecimento
de uma instância nacional do P2R2?



Ações Esperadas do Governo Federal



Conclusões

Grande dificuldade por parte dos estados em informar sobre o funcionamento do P2R2 em seus territórios, refletindo-se, em alguns casos, em respostas equivocadas ou ausência de resposta;

Das 21 UFs participantes, **apenas 7 estados e o Distrito Federal possuem comissão em funcionamento** atualmente. As demais 13 UFs não instituíram ou tiveram suas comissões descontinuadas;

As **principais ações já implementadas** pelas CE-P2R2 incluem mapeamentos de áreas de risco, simulados, capacitações e elaboração de protocolos de atendimento a emergências;

As **principais dificuldades enfrentadas para manutenção** das CE-P2R2 em funcionamento incluem dificuldades de articulação interinstitucional, alta rotatividade de membros e dificuldades de conciliação das atividades da comissão e da instituição de origem;

Conclusões

A principal dificuldade enfrentada pelos estados que ainda não conseguiram instituir comissão está relacionada à **dificuldade de articulação**;

50% dos estados que não possuem comissão instituída têm iniciativas em andamento para criação;

67% dos participantes entendem que há **necessidade de atualização do Decreto nº 5.098/2004**;

91% dos participantes entendem que há **necessidade de reestabelecimento de uma instância de governança nacional do P2R2**, enquanto os 9% restantes não souberam responder.

Dentre as **ações esperadas pelo governo federal**, os estados destacam sobretudo capacitação e financiamento, seguidos de coordenação, apoio em atendimentos e regulação;





Ministério do Meio Ambiente
e Mudança do Clima

Thaianne Resende Henriques Fábio
Diretora
thaianne.fabio@mma.gov.br
(61) 2028-2692
Departamento de Qualidade Ambiental - DQA
Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano,
Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
gov.br/mma

Obrigado!

Thiago Valente
Chefe de Seção Substituto
thiago.valente@mma.gov.br
(61) 2028-1691
Departamento de Qualidade Ambiental
Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano,
Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
gov.br/mma

